

## Editorial



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

### Um parlamento irresponsável

A aprovação da taxa turística pelo parlamento regional é de uma enorme irresponsabilidade política e económica, só compreendida porque os partidos da oposição querem, a toda a força, “entalar” o governo.

O deputado independente foi arrastado nesta irresponsabilidade desenfreada, desequilibrando o bom senso que se exigia nesta altura.

A isto chama-se legislar contra a sociedade, porquanto todos os pareceres do sector turístico foram contra esta medida.

Quando os políticos não ouvem a sociedade e os cidadãos, entramos num campo complicado, que tem como resultado o castigo eleitoral ou o alheamento da cidadania.

Não admira, por isso, a crescente abstenção nestas ilhas e o descrédito, cada vez maior, dos políticos e do parlamento.

Deputados que não conseguem, há mais de um ano, elaborar uma reforma da Autonomia, que voltam a adiar por mais um ano, mas que são lesto a criar impostos e taxinhas para dificultar a vida dos cidadãos, diz muito da qualidade dos deputados que temos no parlamento regional.

Há exceções, como em qualquer actividade, mas a esmagadora maioria dos deputados já deram exemplos, por mais do que uma vez, de que não estão à altura dos cargos que desempenham. Estão lá porque os partidos é que os escolhem. Se fossem escolhidos directamente pelo povo, mais de metade não estaria lá.

O nosso melhor mercado emissor é o continental, cujas famílias vão passar por dias complicados de perda de poder de compra e alguma austeridade.

Atrair este mercado com mais um imposto, só de gente irresponsável. Tudo isto ao mesmo tempo que se reclama apoios para o turista chegar a S. Jorge e a outras ilhas próximas afectadas pela má propagação da crise sísmica. Toma lá mais uma taxa.

Aprendam com a Madeira, de quem estamos longe, anos luz, no sector do turismo.

É mais um dia de vergonha para o parlamento açoriano.

Nunca se viu tamanho absurdo.

# Contra os pareceres de todo o sector turístico Deputados aprovam taxa turística nos Açores

O Parlamento dos Açores aprovou, na generalidade, uma proposta, da autoria do PAN, que introduz uma taxa turística regional, tendo a Secretária Regional do Turismo, Berta Cabral, considerado que “esta não é a oportunidade”.

Berta Cabral, naquela que constituiu a sua primeira intervenção desde a sua tomada de posse, Terça-feira, considerou que “esta não é a oportunidade” e destacou os “custos de contexto que trará aos empresários”, havendo que “ter cuidado para não desencorajar quem visita” os Açores.

Para a titular das pastas do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que intervinha no Parlamento dos Açores, este é um “sinal contrário que se dá, neste momento, aos mercados que procuram os Açores”, numa altura em que à crise nacional e internacional se juntou a sísmica da ilha de São Jorge.

“Essa não é efectivamente a oportunidade, ela virá mas não é agora”, segundo Berta Cabral, que salvaguardou que uma taxa regional “não é justa porque o peso turístico não é igual” em toda a região.

De acordo com Berta Cabral, “não se pode tratar as ilhas e os concelhos de forma igual quando são diferentes”, e “não se pode enterrar os empresários no momento em que estão a levantar a cabeça”.

A taxa turística a cobrar é um de euro diário até ao máximo de quatro euros.

Pedro Neves (PAN) exemplificou que mesmo com a guerra no leste europeu e a crise sísmica a Páscoa não foi penalizada em termos turísticos, tendo considerado que é errado “usar os empresários como arma de arremesso”, uma vez “não vão ter custeio absolutamente nenhum”.

“Esta é uma desculpa fácil, senhora secretária”, frisou.

A social-democrata Elisa Sousa (PSD) considerou que, “numa altura em que o sector luta para voltar a uma época pré-covid, torna-se imperativo alavancar o turismo através de medidas”.

Segundo a deputada, “dado o momento atual de retoma do turismo, a implementação da taxa é prematura e poderá não ter o efeito desejado”.

O centrista Rui Martins disse que esse “não é o momento mais oportuno para implementar este tipo de taxa” e questionou que “melhorias foram introduzidas pela taxa turística” em outras localidades do país e do globo.

José Pacheco (Chega) considerou este um “factor dissuasor para os turistas” e disse ser a taxa “prematura num momento que se está a sair da pandemia”.

O deputado do BE/Açores António Lima destacou que a taxa turística é uma “mais valia para atenuar os efeitos negativos do turismo”, sendo que esta solução “para investimento na área



ambiental parece adequado”.

O deputado independente Carlos Furtado manifestou-se contra “taxas e taxinhas” e defendeu uma taxa regional em alternativa às municipais “porque não proporciona o excesso de custo ao turista”.

O socialista Carlos Silva considerou que a “questão não é financeira”, colocando o foco no turismo sustentável, através do investimento na preservação ambiental, tendo salvaguardado que não há “custos de contexto para os empresários”.

O deputado exemplificou que a tendência global é aplicar a taxa turística e “não seguir a tendência seria um erro”.

Gustavo Alves (PPM) levantou dúvidas na aplicação da taxa turística regional, devido à “burocracia na implementação”, sendo as coimas “demasiado pesadas”.

O deputado entende que no atual contexto “seria prudente esperar pelo verão e por melhores condições”.

O Deputado da Iniciativa Liberal no parlamento açoriano, Nuno Barata, votou contra a proposta de criação de uma taxa turística regional por ser “convictamente contra este regime de taxas suplementares, impostos indirectos, formas enviesadas de financiar estruturas públicas e por ser contra este tipo de assalto que é feito aos pequenos e médios empresários que tem investido no alojamento local”, para além de levantar dúvidas quanto à constitucionalidade da norma proposta pelo PAN e aprovada pela esquerda.

#### AHRESP critica deputados

A AHRESP/Açores considerou ontem que a criação de uma taxa turística regional é um “erro estratégico”, alertando para a situação financeira “muito frágil” das empresas do sector devido às consequências da covid-19 e da guerra na Ucrânia.

Num comunicado, a delegação regional da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) expressou a sua “discordância” quanto à criação daquela taxa regional.

A AHRESP critica a “inoportunidade” da iniciativa na “presente conjuntu-

ra”, considerando um “erro estratégico a implementação da taxa turística nos Açores”, que vai implicar “mais custos, directos e indirectos, para os turistas e para as empresas”.

“As empresas estão hoje muito fragilizadas financeiramente, fruto de dois anos de perdas sucessivas devido à covid-19. Quando se começava a perspetivar uma recuperação, somos confrontados com uma escalada de preços e da inflação, agravada pelo recente conflito Rússia/Ucrânia”, acrescenta.

Para a associação, o conflito na Ucrânia “compromete a já débil situação” das empresas e a “viabilidade do negócio e dos postos de trabalho” no setor do turismo. A AHRESP evoca um inquérito realizado pela associação em janeiro de 2022 que “revelou que cerca de 40% dos inquiridos do alojamento turístico não ia suportar ou tinha dúvidas sobre se conseguia suportar os seus encargos”.

Nesse inquérito, 45,7% dos empresários daqueles alojamentos admitia avançar para a insolvência caso não conseguisse “fazer face aos seus encargos”.

“Uma medida como a que agora se aprovou na generalidade e que não deixa de nos surpreender, é assim, de todo, desaconselhada, tendo como efeito certo o de degradar da situação económica das empresas, com todos os inconvenientes que daí advêm para a economia regional e mesmo para os Açores enquanto destino turístico”, alerta a AHRESP.

A delegação regional, liderada por Cláudia Chaves, defende que “criar encargos para os turistas” vai ter “reflexos negativos nos negócios”, uma vez que vai causar “menor procura” e mais “encargos burocráticos”.

A AHRESP assinala ainda que a taxa é de “duvidosa constitucionalidade”, uma vez que não tem um “carácter sinalagmático” (bilateral), devendo ser considerada um “imposto e não uma taxa”.

“Neste caso estamos perante uma inconstitucionalidade orgânica, visto que a criação de impostos é da competência legislativa reservada da Assembleia da República”, assinala a associação. (mais reacções na página seguinte)